

# Leitura diaconal do Catecismo Maior de Martim Lutero

*Rodolfo Gaede Neto*

## Resumo

---

Na reforma protestante, a ênfase teológica sobre o tema da salvação por graça e fé conflitua com as obras humanas em sua busca por autojustificação. Esta constatação isenta a Igreja da necessidade de boas obras? O Catecismo Maior de Lutero, como documento que apresenta o cerne da teologia da Reforma, responde a esta pergunta, alicerçando a ação solidária das pessoas que crêem na diaconia de Deus. No Credo nos é ensinado

como Deus coloca todos os seus bens a nosso serviço. Na oração do Senhor, aprendemos como pedir os benefícios de Deus em nosso favor e em favor do próximo necessitado. Mas a ajuda de Deus pode fluir através de atos humanos. Aliás, nos Dez Mandamentos, Deus ordena as obras de amor. Em obediência a Deus, a partir da fé, “não temos então mãos a medir no que diz respeito a boas obras”.

## Resumen

---

En la reforma protestante, el énfasis teológico sobre el tema de la salvación por gracia y fe entra en conflicto con las obras humanas, en su búsqueda por la autojustificación. ¿Esta constatación deja exenta a la iglesia de la necesidad de las buenas obras? El Catecismo mayor de Lutero, como documento que presenta el cerne de la teología de la Reforma, responde a esta pregunta, fundamentando la acción solidaria de las personas que creen en la diaconia

de Dios. En el credo nos es enseñado como Dios coloca todos sus bienes a nuestro servicio. En la oración del Señor, aprendemos como pedir los beneficios de Dios en nuestro favor y a favor del prójimo necesitado. Mas la ayuda de Dios puede fluir a través de actos humanos. Por otra parte, en los Diez Mandamientos Dios ordena las obras de amor. En obediencia a Dios, a partir de la fe, “no tenemos entonces manos para medir a lo que dice respecto a las buenas obras”.

## Abstract

---

In the Protestant Reformation, the theological emphasis on the theme of salvation by grace and faith conflicts with human works, in the quest for self justification. Does this affirmation exempt the church of the need for good works? Luther's Large Catechism, as a document that presents the core of the Reformation theology, answers this question, basing the solidary action of believing

people on the diaconia of God. We are taught in the Creed how God puts all God's goods at our service. In the Lord's Prayer we learn to ask for God's gifts to benefit us and our needy neighbor. Also, God's help can flow through human acts. In fact, in the Ten Commandments God mandates works of love. In obedience to God, through faith, "there is no way of measuring the issue of good works".

## 1 – Considerações preliminares

Uma leitura do Catecismo Maior na ótica diaconal tem como motivação a pergunta pela fundamentação da diaconia na teologia da Reforma. Todavia, não é possível fazer uma simples transferência do que Lutero escreve nesse documento sobre as boas obras para o campo da diaconia. Nos catecismos, o Reformador não é movido pela intenção explícita de fundamentar esse ministério. Além disso, não podemos retirar suas manifestações sobre “o fazer” do contexto histórico e teológico em que estão inseridas. O que importa é perceber, no Catecismo Maior, o cerne da teologia da Reforma e a lógica de como esta é apresentada, incluindo o lugar devido das boas obras. Nesse sentido, o referido escrito é uma indispensável e riquíssima fonte de inspiração para o ministério cristão da solidariedade.

A escolha do Catecismo Maior para esta reflexão tem a seu favor o reconhecido valor histórico e teológico desse escrito para a vida da Igreja, o seu caráter de documento-base de toda a doutrina que o Reformador considerava necessário ensinar. Com suas próprias palavras: “Uma coisa é certa: quem entende os Dez Mandamentos bem e inteiramente deve entender a Escritura toda, de sorte que pode aconselhar, ajudar, confor-

tar, julgar e decidir em todas as coisas e casos, tanto no plano espiritual quanto no temporal” (Prefácio ao Catecismo Maior). Para Lutero, os pastores e pregadores tinham nos catecismos conteúdo suficiente para ensinar ao povo a base teológica da Reforma. Justamente por isso, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil inclui o Catecismo Menor em sua Constituição: “constitui expressão da fé confessada pela IECLB” (art. 5º, par. 1º).

Vale lembrar também que os catecismos foram publicados no ano de 1529. Isso significa que o movimento da Reforma, iniciado em 1517, já havia percorrido uma considerável parte de sua trajetória, encontrando-se num estágio bastante amadurecido. Para isso aponta também o fato de que, antes da publicação dos catecismos, Lutero já havia escrito várias das suas obras mais importantes, como: *Manifesto à nobreza cristã da nação alemã com respeito à reforma da cristandade* (1520), *Do cativo babilônico da Igreja* (1520), *Da liberdade cristã* (1520), *Das boas obras* (1520), *Da autoridade secular, até que ponto se lhe deve obediência* (1523), *Comércio e usura* (1524), *Exortação à paz: resposta aos doze artigos do campesinato da Suábia* (1525).

Em coerência com a lógica teológica do Catecismo Maior, apresentaremos nossas considerações numa seqüência de quatro aspectos inseparáveis: salvação por graça, o que devemos crer, como devemos orar e o que devemos fazer. Todas as

citações referem-se ao documento *Catecismo Maior*, de Martin Lutero, publicado no *Livro de Concórdia*, às páginas 395 a 496, pelas editoras Sinodal (São Leopoldo) e Concórdia (Porto Alegre), em 1980, com tradução de Arnaldo Schüler.

## 2 – Salvação por graça

Quando queremos tratar o tema da diaconia na teologia de Lutero, necessariamente precisamos levar em conta o contexto histórico em que a Reforma se deu. Pois ela representa um momento da história da Igreja, no qual o acento teológico recai sobre um tema que conflita justamente com as boas obras. Sem uma análise dos motivos que movem o Reformador, podemos ter a impressão de que a prática de boas obras é deslegitimada nesse movimento, o que seria uma conclusão equivocada, conforme veremos adiante.

Precisamos considerar que o grande desafio que Lutero percebe naquele momento histórico exige uma inversão radical da ênfase teológica: do merecimento da salvação, através das boas obras, para a afirmação da salvação unicamente por graça e fé.

O contexto que desafia Lutero a protestar contra a teologia do merecimento da salvação está refletido na explicação do primeiro mandamento. Quando escreve sobre as várias

formas de colocar a confiança não em Deus, mas em outros valores, diz:

“Existe, além disso, outro culto falso. Trata-se da maior idolatria que até agora praticamos, e ela ainda impera no mundo. Nela também se fundamentam todas as ordens religiosas. Diz respeito apenas à consciência, quando essa procura ajuda, consolo e salvação em suas próprias obras e presume de forçar Deus a lhe abrir as portas do céu, e calcula quantas doações fez, o número de vezes que jejuou, rezou missa, etc. Nessas coisas põe sua confiança e delas se abona, como se nada quisesse receber gratuitamente de Deus, mas obtê-lo por esforço próprio, ou merecê-lo de modo supererrogativo, exatamente como se Deus tivesse de estar a nosso serviço e ser nosso devedor, nós, porém, os seus senhores feudais. Que é isso senão fazer de Deus um ídolo (...) e a si mesmo reputar-se Deus e em tal se erigir?” (p. 397).

Para Lutero, importava, portanto, corrigir o desvio teológico de se tirar Deus do centro da fé, de se trocar a confiança em Deus pela confiança nas próprias capacidades. Essa luta está refletida também no conhecido hino do Reformador:

“Deus, o teu verbo guarda a nós, combate o inimigo atroz que a Jesus Cristo, o Filho teu, quer derrubar do trono seu” (Hinos do Povo de Deus, 90).

Quando Lutero luta de corpo e alma contra a Igreja e a teologia da época para que Jesus Cristo não seja derrubado do trono, é porque ele estava profundamente convencido de que unicamente de Deus vem tudo o que somos, tudo o que temos e tudo o que podemos. Antes de qualquer coisa neste mundo e na Igreja, é Deus quem age. Por isso, cabe a nós, antes de qualquer coisa, crer e confiar nele.

É por isso que, na compreensão de Lutero, o primeiro mandamento forma a base de toda a doutrina cristã: “Devemos temer e amar a Deus e confiar nele acima de todas as coisas” (p. 395ss).

Nessa linha de pensamento, Lutero também entende o Credo: nele aprendemos “o que devemos crer” (p. 457).

De acordo com a explicação de Lutero do Credo, podemos começar a fazer a ponte com a diaconia. Entretanto, ainda não com a diaconia como sendo obra humana. Porque, antes das nossas possíveis boas ações, vem a ação de Deus. E justamente no Credo nos é ensinado quais são as *boas ações* de Deus ou, se quisermos, a diaconia de Deus. É-nos ensinado como Deus coloca todos os seus bens a nosso serviço.

### 3 – O que devemos crer

Quanto ao primeiro artigo do Credo, devemos crer que: “Sou criatura de Deus, isto é, que ele me deu, e sem cessar conserva, corpo, alma e vida, pequenos e grandes membros, todos os sentidos, razão e inteligência, etc.; comida e bebida, vestimenta, alimento, mulher e filhos, empregados, casa e lar, etc. Além disso, põe todas as criaturas a

serviço de nosso proveito e das necessidades de nossa vida: o sol, a lua e as estrelas no céu, o dia e a noite, o ar, o fogo, a água, a terra e tudo quanto ela carrega e pode produzir: aves, peixes, animais, cereais e toda sorte de plantas, e os restantes bens corporais e temporais: bom governo, paz, segurança. De sorte que se deve aprender por esse artigo que nenhum

de nós tem de si mesmo a vida, nem coisa alguma do que acabamos de enumerar e do que pode ser enumerado, e também que não está em nosso poder conservar qualquer dessas coisas, por pequena e insignificante que seja, pois tudo está compreendido na palavra ‘Criador’” (p. 448s).

Segundo a compreensão do Reformador, o primeiro artigo do Credo nos ajuda a conhecer a primeira pessoa da Divindade para sabermos o que temos de Deus em termos de “bens temporais” (p. 450). Nesse sentido, “deve confiar-se exclusivamente em Deus e dele prometer-se e esperar apenas coisas boas. Pois é ele quem nos dá corpo, vida, comida, bebida, nutrição, saúde, paz e todo o necessário em bens temporais e eternos” (p. 398).

Devemos registrar aqui, antes de ir adiante, que todos os elementos dos quais nós precisamos lançar mão para realizar a nossa diaconia são dados gratuitamente por Deus às pessoas. Portanto, quando nós ajudamos alguém a ter acesso a esses elementos (como comida, bebida, vestimenta, casa, etc.), nada mais estamos fazendo do que facilitar o acesso a algo que Deus já havia dado. Em consequência, o mérito de dar e ajudar é de Deus e não nosso. A diaconia é, portanto, *diakonia Dei* (diaconia de Deus).

Isso também fica claro no que Lutero diz sobre o segundo artigo do

Credo. Quando descreve toda a obra redentora, conclui que Jesus Cristo “não faz nada disso para si mesmo, nem o necessitava” (p. 451).

Quer dizer, quem necessita do ser redimido “do pecado, do diabo, da morte e de toda desgraça” (p. 450) somos nós e não ele próprio. Por isso, Lutero entende que neste artigo aprendemos como, em Jesus, Deus “se derramou inteiramente, nada havendo retido que não nos desse” (p. 450). A salvação é serviço de Deus, dirigido inteiramente a nós.

Ao explicar o terceiro artigo, Lutero diz que, pelo dom do Espírito Santo, o conhecimento do Credo “nos faz sentir prazer e amor com respeito a todos os mandamentos de Deus, porquanto aqui vemos como Deus se nos dá inteiramente, com tudo o que tem e pode, em auxílio e apoio, para o cumprimento dos Dez Mandamentos” (p. 457).

A partir dessa compreensão, Lutero chama a atenção para o nome que damos a Deus. A língua alemã facilita a ligação do nome de Deus com a sua maneira de ser: *Gott* vem de *gut*, isto é, “bom”. Chamamos Deus de bom “por ser ele fonte eterna que transborda de pura bondade, e do qual mana tudo o que é e se chama bom” (p. 398). A este Deus bondoso o Credo nos ajuda a conhecer.

## 4 – Como devemos orar

Seguindo, podemos dizer que, se Deus é o Senhor sobre tudo e sobre todos, se a ele pertencem todas as coisas, se ele, por ser “a fonte eterna que transborda de pura bondade”, quer dar a si mesmo e tudo o que lhe pertence, gratuitamente, às pessoas neste mundo e se efetivamente só ele pode nos dar o que necessitamos, então as pessoas que crêem sabem a quem recorrer em suas necessidades e a quem pedir também tudo o que falta ao próximo. Por isso, o catecismo inclui o Pai-Nosso, porque ele ensina “como se deve orar” (p. 457).

Lembrando o segundo mandamento, o Reformador explica que orar é “invocar a Deus em todas as necessidades” (p. 458). E acrescenta: “Por isso, devemos acostumar-nos desde a mocidade a orar diariamente, cada qual por toda a sua própria necessidade, onde quer que sinta algo que lhe diga respeito, e também pela necessidade de outras pessoas entre as quais vive. O diabo bem sente quanto mal e dano lhe é feito quando a oração é devidamente praticada” (p. 460).

A fé no Deus que tudo possui e tudo quer dar nos conduz a uma postura de oração. As pessoas que crêem oram incessantemente, pedindo que Deus dê a elas e às outras pessoas o que lhes falta, passando a viver

unicamente da misericórdia de Deus. Esse é um comportamento radicalmente diferente do que aquele em que nos consideramos auto-suficientes para resolver os nossos problemas e o das pessoas necessitadas e acabamos colhendo grandes frustrações. A diferença é que não roubamos das mãos de Deus o que só ele, em última análise, pode realizar. A oração é o remédio contra a tentação de “derubar Jesus Cristo do seu trono”, de tirar Deus do centro da fé.

Todavia, é inevitável a pergunta: como, na compreensão de Lutero, o Deus da bondade responde às orações, como ele atende quando as pessoas lhe imploram ajuda em suas necessidades?

A ajuda de Deus não acontece de forma mágica e não se dá apenas no nível espiritual e individual. Deus tem os seus meios, seus instrumentos através dos quais faz chegar a sua ajuda concreta às pessoas necessitadas. Esses “intermediários” entre Deus e as pessoas necessitadas têm ordens de fazer o bem. Vejamos o que ele diz na explicação do primeiro mandamento: “Nossos pais e todas as autoridades, e a mais disso cada um relativamente ao seu próximo, têm ordem de nos fazerem toda sorte de bem. De maneira que não o re-

cebemos deles, senão de Deus por intermédio deles. As criaturas são apenas a mão, o canal e o meio através de que Deus tudo concede, assim como dá seios e leite à mãe para dá-los à criança, e dá grãos e toda espécie de frutos da terra para alimentação” (p. 398).

Portanto, a ajuda de Deus pode fluir através das mães e dos pais, no círculo familiar, através das autoridades, na esfera social e política, e, no nível geral, através de cada pessoa em relação ao seu próximo.

As pessoas que Deus usa como *mãos* ou como *canais* para tudo conceder às pessoas necessitadas exercem seu papel por causa da fé e por causa dos mandamentos de Deus. Por isso, Lutero estava convencido de que para estas “nada é mais necessário do que viver continuamente nos ouvidos de Deus, clamando e pedindo que nos dê, preserve e multiplique a fé e o cumprimento dos Dez Mandamentos e remova tudo o que está em nosso caminho e nos impede” (p. 457).

Tudo o que essas pessoas tomam das mãos de Deus é colocado a serviço do próprio Deus, a partir de suas exigências nos mandamentos: “Visto que tudo quanto possuímos, e, além disso, o que há no céu e na terra, diariamente nos é dado, conservado e protegido por Deus, segue-se por si mesmo a conclusão de que sem

dúvida é nosso dever amá-lo, louvá-lo e agradecer-lhe sem cessar por causa disso, e, em suma, dedicar tudo isto a seu serviço, conforme o exige e ordena nos Dez Mandamentos” (p. 449).

Assim, segundo o entendimento de Lutero, *dedicar tudo o que recebemos a serviço de Deus*, nos termos bem práticos e concretos, como é ordenado nos Dez Mandamentos, torna-se uma questão de obediência: “A obra é obra de obediência, e o que faço não o faço com outra intenção que a de que corresponda à obediência e ao mandamento de Deus. Sobre isso me posso fundamentar e apoiar, e o tenho em grande conta, não por causa de minha dignidade, mas em razão do mandamento” (p. 458).

As obras em favor do próximo precisam ser feitas simplesmente porque são ordem de Deus. Em consequência, a diaconia cristã existe não por iniciativa própria das pessoas ou da Igreja, que inventam obras, mas pela necessidade de as pessoas que crêem obedecerem à ordem de Deus nos mandamentos. Portanto, à luz da teologia da Reforma, diaconia só pode ser definida como sendo consequência da obediência a Deus, a partir da fé, da gratidão e da oração.

## 5 – O que devemos fazer

Em nossa caminhada pelo Catecismo chegamos, então, àquelas partes em que Lutero define concretamente a ação como fruto da obediência por parte das pessoas que crêem e oram.

Quanto ao Credo, Lutero dizia que nos ensina o que devemos crer. Quanto ao Pai-Nosso, ensina como devemos orar (ou seja, como devemos pedir os benefícios de Deus). Quanto aos mandamentos, afirma que eles nos ensinam “o que devemos fazer” (p. 457); eles “são tudo o que Deus quer que façamos ou deixemos de fazer” (p. 447).

Olhemos primeiro as obras ordenadas nos mandamentos.

### *Quinto mandamento*

“Nesse mandamento agora saímos de nossa casa e vamos aos vizinhos, para aprender como devemos viver uns com os outros, cada qual individualmente em relação ao próximo. (...) Deus quer que este mandamento envolva o próximo como muro, fortaleza e asilo sagrado, para que nenhum mal ou dano se lhe cause no corpo” (p. 422s).

“Não matar” significa que “em primeiro lugar, a ninguém devemos fazer mal. (...) Em segundo lugar,

transgredir este preceito não só quem pratica ações más, senão também aquele que, podendo fazer o bem ao próximo, (...) de modo que nenhum mal ou dano lhe suceda no corpo, todavia não o faz” (p. 423).

Em seguida, Lutero desdobra o que significa “deixar de fazer” o bem ao próximo: “Assim, se despedes uma pessoa desnuda quando poderias vesti-la, deixaste-a sucumbir ao frio; se vês alguém que sofre fome e não o alimentas, estás permitindo que morra de fome. Da mesma forma, se vês alguém condenado à morte, ou em apertura similar, e não o salvas, posto conheças meios e maneiras de fazê-lo, então o mataste. E coisa nenhuma te valerá alegar incumplimento só porque não entraste com ajuda, conselho e atos, pois lhe negaste a caridade e o despojaste do benefício que lhe teria salvo a vida” (p. 423).

Aqui claramente Lutero faz a ligação do quinto mandamento com o texto bíblico que tem sido básico para a diaconia, Mt 25.31-46. E ainda acrescenta: “É com justiça, portanto, que Deus chama de assassinos a todos os que em apertura e perigos de corpo e vida não aconselham nem auxiliam. E mui terrível sentença há de proferir contra eles no dia do juízo,

conforme o próprio Cristo anuncia. Dirá: Tive fome e não me destes de comer, tive sede (...). Isto é: Bem teríeis permitido que eu e os meus morrêssemos de fome, de sede e de frio, fôssemos estraçalhados por feras, apodrecêssemos na prisão e perecêssemos em miséria” (p. 424).

E faz uma comparação: “É exatamente como se eu visse alguém navegando e pelejando em água profunda, ou caindo em fogo, e lhe pudesse estender a mão, arrebatá-lo e salvá-lo, e todavia não o fizesse. Que outra coisa seria eu, mesmo aos olhos de todo o mundo, senão assassino e pátife?” (p. 424).

Também aqui Lutero lembra que o “estender a mão” a alguém que está em necessidades, não o fazemos simplesmente como um gesto humanitário, por causa da nossa bondade, mas por causa da “fonte eterna que transborda de pura bondade e do qual mana tudo o que é e se chama bom”. Ou seja: “A intenção real de Deus é, portanto, que não permitamos venha qualquer homem sofrer dano, e que, ao contrário, demonstremos todo o bem e amor” (p. 425).

Já ficou claro que, quando Lutero se refere ao quinto mandamento, coloca em foco a corporeidade: “(...) de acordo com o quinto mandamento a ninguém se deve danificar no corpo” (p. 437), tema importante para a diaconia. E é a partir desse mesmo

mandamento que ele faz afirmações relevantes sobre as verdadeiras obras das pessoas cristãs: “Aqui temos novamente a palavra de Deus [o quinto mandamento], com a qual ele quer estimular e impelir-nos a obras verdadeiras, nobres, excelsas, como mansidão, paciência, e, em suma amor e beneficência” (p. 424).

O quinto mandamento é agora visto à luz do primeiro mandamento: “(...) ele é nosso Deus, isto é, que nos quer ajudar, assistir e proteger (...). Estas verdades agora deveriam ser exercitadas e inculcadas. Não teríamos então mãos a medir no que diz respeito a boas obras” (p. 424).

Esta é a orientação de Lutero à Igreja que não mais deve praticar e fazer “o que praticamos e fizemos até agora na cegueira do papado” (p. 396), onde os monges “deram com o pé nesse e em outros mandamentos e houveram que eram desnecessários (...), correram aos mosteiros (...) para não precisarem fazer o bem a outros” (p. 424). Essas orientações no sentido de doravante “não ter mãos a medir no que diz respeito a boas obras” se constituem como elementos caracterizadores da confessionalidade luterana. Devem ser “inculcadas” na cabeça dos seguidores da Reforma e “exercitadas” pelas comunidades, marcando, assim, uma dimensão fundamental da identidade do movimento: “Tu, porém, sabe que são estas

obras verdadeiras, santas e divinas, sobre as quais Deus se alegra com todos os anjos” (p. 425).

### *Sétimo mandamento*

Lutero explica, quanto ao sétimo mandamento, que, além da pessoa do próximo, Deus quer ver protegidos também os seus bens temporais. Deus “ordenou que ninguém subtraísse ou reduzisse o que é do próximo (...); furtar compreende toda espécie de vantagens, para desvantagem do próximo, em toda sorte de negócios” (p. 428).

O Reformador tem consciência de que a prática de “levar vantagens para a desvantagem do próximo” é um mal que permeia a sociedade inteira: “se fossem enforcados todos os que são ladrões (...) o mundo em breve ficaria deserto e haveria insuficiência de carrascos e forcas” (p. 425).

E mais do que isso Lutero tem consciência de que essa prática revela claramente um problema de ordem estrutural da sociedade: “de fato, a gente ainda poderia silenciar aí quanto a gatunos miúdos e isolados se fosse caso de atacar os maiúsculos e poderosos arquiárquios com os quais senhores e príncipes fazem causa comum, e que diariamente saqueiam não uma ou duas cidades, senão a Alemanha inteira. (...) quem pode furtar e roubar publicamente, segue

seguro e livre, por ninguém censurado, e de mais a mais ainda quer lhe tributem honra. Enquanto isso, os gatunos pequenos e furtivos que larapiaram uma vez, sofrem a vergonha e o castigo, fazendo aqueles outros parecerem íntegros e honrados. Saibam, entretanto, que diante de Deus são os maiores ladrões. E ele os há de castigar como merecem” (p. 430).

Poderíamos entender do final desta citação que Lutero percebe a dimensão política do problema social, mas isenta as pessoas da participação nas soluções. Adiante, no entanto, ele aponta a causa e a solução no nível da sociedade: “(...) se tivéssemos governo bem ordenado, cedo se poderia frear e prevenir semelhante capricho” (p. 431).

A desvantagem do próximo se dá, no mundo de Lutero, especialmente também no âmbito comercial. Ele faz a seguinte análise: “Cada um faz uso do mercado a seu bel-prazer e ainda se mostra desafiador e arrogante, como se a pleno direito pudessem vender os seus bens tão caro quanto lhe apeteça, e a ninguém fosse permitido fazer objeções” (p. 431). E novamente chama a atenção para a responsabilidade das autoridades instituídas: “Para reprimir essa aberta arbitrariedade, requerem-se príncipes e magistrados que tenham olhos e ânimo para estabelecer e manter ordem em todos os negócios e tran-

sações comerciais, a fim de a pobreza não ser agravada e oprimida” (p. 433).

Portanto, Lutero entende que o sétimo mandamento condena o roubo que acontece em prejuízo do próximo, gerando a pobreza e oprimindo a população pobre. Em vista disso, deve ser reprimido. A tarefa de conter essa opressão é dos governantes. Eles são instituídos não para se aliar aos que levam vantagens, mas para defender os que levam desvantagem. Há a compreensão de que os príncipes e magistrados aí estão para servir, mantendo a ordem em favor das pessoas oprimidas.

Não podemos concluir a partir desse posicionamento de Lutero que devemos repassar aos governantes toda a responsabilidade pelo bem-estar do próximo. O mandamento exige o empenho de cada pessoa cristã: “Proíbe-se, primeiro, prejudicar o próximo e fazer-lhe injustiça, em qualquer das muitas maneiras (...). Ordena-se, por outro lado, que promovamos e melhoremos os seus bens, se estiver sofrendo por privação do necessário, que lhe ajudemos, compartilhemos e emprestemos, quer se trate de amigo, quer de inimigo” (p. 433).

Também na explicação do sétimo mandamento, o Reformador não deixa dúvidas de que as obras que resultam da obediência a Deus são

agradáveis a ele: “Quem procura, pois, boas obras, aqui há de encontrar sobejas obras aceitáveis e agradáveis a Deus de coração” (p. 433). Somos até surpreendidos com idéias de recompensa em relação a estas obras: “Além do mais, são elas agraciadas e cumuladas de excelente bênção: ricamente será recompensado o que fazemos para proveito do próximo e por amizade. Assim também ensina o rei Salomão Pv 19: Quem se compadece do pobre ao Senhor empresta, e este lhe paga o seu benefício” (p. 433).

### ***Oitavo mandamento***

“(…) a ninguém se deve privar de sua honra e boa fama, a menos que já lhe hajam sido tiradas publicamente” (p. 436). “Porque onde é público o pecado, justo é que haja reprovação pública, a fim de que todos saibam precaver-se dele” (p. 438).

Esta palavra certamente tem a sua importância para a diaconia, porque o “pecado público” refere-se justamente àqueles atos em que alguém quer levar vantagem em prejuízo das outras pessoas. Quando a boa fama de alguém é tirada por causa de atos que merecem a reprovação pública, então essa reprovação é justa. O oitavo mandamento quer proteger quem é injustamente desonrado.

Nesse sentido, o direito da pessoa deve prevalecer com a ajuda de quem lhe é o próximo: “Esse mandamento mira, pois, em primeiro lugar, a que cada qual ajude o próximo no sentido de lhe garantir o seu direito. Não permitirá que seja obstaculizado ou torcido, mas há de promover-lhe o direito e sobre ele vigiar com firmeza, quer seja juiz, quer testemunha, e seja qual for o caso em questão” (p. 435).

A tarefa de defender o direito das pessoas também transcende o âmbito individual. Há, na sociedade, profissionais especialmente incumbidos dessa causa. Destes, Lutero cobra retidão e os adverte contra a corrupção: “E com isto fica especialmente fixada uma meta aos nossos senhores juristas: terem o cuidado de tratar das coisas reta e sinceramente, deixando ser justo o que justo é, e, por outro lado, não torcer, nem encobrir ou silenciar, sem levar em consideração dinheiro, bens, honra ou poder” (p. 435).

Quanto àquelas pessoas que injustamente são desonradas e que, na comunidade, facilmente são discriminadas, estigmatizadas e consideradas indignas, Lutero lembra, em sua defesa, a palavra de Paulo, em 1 Co 12: “Os membros do corpo que nos parecem ser os mais fracos, são os mais necessários; e os que nos parecem os menos dignos, a estes da-

mos a maior honra; e os que em nós não são decorosos, revestimos da maior honra” (p. 439).

### *Primeira petição*

É importante ressaltar que a necessidade das obras, em vista da ordenação de Deus, não aparece unicamente na explicação dos mandamentos. Ela perpassa todas as partes do Catecismo. No Pai-Nosso, por exemplo, quando Lutero considera a petição pela “santificação do nome de Deus em nosso meio”, diz que, por um lado, “o seu nome é profanado por nós com palavras e com atos, (...) com vida e obras publicamente más” (p. 462) e, por outro, “santificar quer dizer tanto como (...) louvar, exaltar e honrar com palavras e obras” (p. 462).

### *Quinta petição*

Nesta petição, Lutero aborda, diretamente, aquilo que o ser humano necessita para o seu corpo nesta vida:

“Aqui agora consideramos o pobre cesto de pão, as necessidades de nosso corpo e da vida temporal. É palavra breve e simples, mas também abrange muito. Pois quando mencionas e pedes o pão de cada dia, pedes tudo o que é necessário para que se tenha e saboreie o pão cotidiano, e,

por outro lado, também pedes que seja eliminado tudo o que o impede” (p. 467).

Pedir a Deus que seja eliminado tudo o que impede o acesso das pessoas ao pão de cada dia certamente confronta as pessoas que crêm com problemas que ultrapassam o nível individual. Por isso, esta oração pelo pão é considerada na sua dimensão social e política. Ela tem implicações para as relações das pessoas na sociedade:

“(…) esta petição quer abranger quanto pertence a toda esta vida no mundo, porque apenas por isso necessitamos do pão cotidiano. Agora, à vida não pertence apenas que o corpo tenha alimento, vestuário e outras coisas necessárias, mas também que seja de tranqüilidade e paz o nosso relacionamento com as pessoas com as quais vivemos e lidamos em diário comércio e trato e toda sorte de atividades; em suma, tudo o que se refere às relações domésticas e vicinais, ou civis e políticas” (p. 467).

Lutero detecta a complexidade do tema do pão. Ele tem a ver com o comércio, com a vizinhança, tanto com as relações domésticas quanto com as civis e políticas. A plenitude de todos os bens que Deus dá necessita de certas condições para chegar a todas as pessoas. Aí entra a importância da ação dos governantes:

“Pois onde houver obstáculos quanto a essas duas partes, de forma que relativamente a elas as coisas não andem como deveriam andar, aí também está obstaculizado algo que é necessário à vida, de sorte que não se pode conservá-la por tempo dilatado. E, na verdade, a coisa mais necessária é orar por autoridades e governo seculares, porque é principalmente através deles que Deus nos conserva o pão nosso de cada dia e todo o conforto desta vida. Pois ainda que hajamos recebido de Deus plenitude de todos os bens, todavia não podemos reter nenhum deles nem deles usar seguros e contentes, se ele não nos dá um governo estável e de paz. Porque onde há discórdia, contenda e guerra, aí o pão cotidiano já nos está subtraído ou pelo menos obstaculizado” (p. 467).

Quando trata da responsabilidade dos governantes em relação ao pão, Lutero é incisivo: “Com razão poder-se-ia, por isso, pôr no escudo de todo príncipe reto um pão em lugar de um leão ou de uma grinalda de arruda, ou imprimi-lo na moeda em lugar do cunho, a fim de lembrar a príncipes e súditos que pelo ofício deles temos proteção e paz, e que sem eles não podemos comer o pão nem conservá-lo” (p. 467).

Ainda nesse sentido, Lutero insiste que nesta oração devemos pe-

dir que Deus “dê sabedoria, força e sorte ao imperador, ao rei e a todos os estados, e mormente aos nossos príncipes-reinantes, a todos os conselheiros, senhores e prefeitos, a fim de governarem bem e (...) que dê convívio em paz e concórdia (...), nos preserve de toda sorte de danos quanto ao corpo e a alimentos, de temporais, granizo, incêndios, inundações, veneno, peste, morte de gado, guerra e derramamento de sangue, tempo de carestia” (p. 468).

A este último tema (a carestia) Lutero volta para manifestar sua indignação em relação à miséria e para apontar concretamente para uma das causas da falta de pão para as pessoas pobres: “Que miséria há no mundo agora, já simplesmente por causa de moeda falsa, sim, por causa do cotidiano gravame e alta de preços no comércio comum, em compra e trabalho, por parte daqueles que a seu arbítrio oprimem os pobres e os privam do pão de cada dia!” (p. 469s).

## **6 – Conclusão**

No contexto histórico em que foi desencadeado o movimento da Reforma, o problema teológico detectado por Lutero foi o das obras meritórias. Em vista disso, sua teologia conflita com as ações humanas que buscam a autojustificação diante de Deus. Prega incansavelmente que a salvação, juntamente com todos os bens eternos e temporais nos são dados única e gratuitamente por Deus. Ele “se derama inteiramente, nada retendo que não nos desse”. Tudo dele podemos pedir para preencher as nossas mãos vazias e as de nosso próximo.

Como “fonte eterna que transborda de pura bondade”, Deus quer que os seus bens cheguem a todas as pessoas. Por isso, ordena fazer o bem ao próximo e exige obediência aos seus manda-

mentos. Em gratidão e em obediência, as pessoas que crêem não têm “mãos a medir no que diz respeito a boas obras”.

Não há aqui a articulação de um ministério específico que se encarregue das boas obras: elas são uma ordem de Deus às pessoas que crêem. Diaconia é, em consequência, um ministério de toda a Igreja de Cristo.

Portanto, podemos concluir que, a partir do Catecismo Maior, toda obra que é ordenada por Deus e que é realizada para a sua honra e louvor em favor do próximo necessitado é teologicamente legítima.

Se assim não fosse, não encontraríamos nos sermões do Reformador textos tão insistentes em relação à necessidade das obras que provêm da fé, como este:

“Depois disso, cuida apenas para proceder com o próximo, como Cristo procedeu contigo, e deixa todas as tuas obras com toda a sua vida visar o teu próximo. Procura onde há pobres, doentes e débeis; ajuda-os; exercita neles a tua vida, para que tenham apoio, por tua parte, todos aqueles que precisam de ti; ajuda-os na medida de tuas capacidades com teu corpo, teus bens e tua honra(...) Saiba que servir a Deus não é outra coisa senão servir ao teu próximo, fazendo-lhe bem com amor, seja ele uma criança, uma mulher, um criado, um inimigo ou um

amigo. Não faças distinções quaisquer. O teu próximo é aquele que necessita de ti em assuntos de corpo e alma. Onde podes ajudar corporal e espiritualmente, lá há serviço a Deus e boas obras (...) Olha para a tua vida: Se não te encontrares, como Cristo no Evangelho, em meio aos pobres e necessitados, então saiba que a tua fé ainda não é verdadeira e que certamente ainda não experimentaste em ti o favor e a obra de Cristo” (Sermonário de 1522; prédica sobre Mt 11.2-10; WA 10/I, 2, p. 168, linha 17 até p. 169, linha 10).